



Maria Filomena Mónica



O MEU VIZINHO DINAMARQUÊS

Há cinco anos, apanhei um susto. Não recordo o dia exato, mas lembro-me que era verão, porque a minha mãe morrera pouco antes. Soube, por terceiros, que um dinamarquês comprara a cave que, como a minha, dá acesso a um jardim. Como o antigo proprietário raramente lá ia, habituara-me a trabalhar, olhando, em paz e sossego, os gatos selvagens, os pardais e o melro que todos os dias apreciavam. Antes de o vender, aquele perguntara-me se o queria comprar. Querer, queria, mas não tinha dinheiro. Temendo que o silêncio, de que até então usufruíra, pudesse vir a ser quebrado por meninos a saltar, adolescentes a nadar e adultos a festejar, entrei em pânico.

Sem razão, pois, como vim a constatar, o novo vizinho é um homem civilizado. Pouco depois de ter igualmente comprado o 5º andar, organizou, no jardim, um cocktail para os condóminos, a fim de explicar o que iria fazer. Depois, perguntou-me que flores gostaria de ter diante da minha janela — respondi hortênsias — e convidou-me para jantar em sua casa. Durante a refeição, conversámos sobre as obras que tencionava fazer, nomeadamente aquelas que se destinavam a repor o traçado original das janelas. Passados alguns meses, reparei que nada acontecera. Durante quatro anos, o processo andou, de mão em mão, entre a Câmara Municipal de Lisboa e o IPPAR. Que estrangeiro quererá investir num país onde as mãos têm de ser ‘oleadas’ para se obter uma licença de construção?

Um dia, contei-lhe as minhas aventuras quando o esgoto coletivo reventara na minha cave, mencionando-lhe que, por estas latitudes, era comum fazer-se tudo secretamente ou, em alternativa, meterem-se ‘cunhas’, coisas que, talvez por ingenuidade, eu havia recusado. Com ar sério, informou-me respeitar o Estado de Direito, pelo que tão-pouco considerava a hipótese. Passaram-se dias, semanas, meses, anos. Licença, nem vê-la. O antigo dono do 5º andar, um polícia que fizera alterações ilegais, deve ter-se rido dos pruridos do escandinavo. Sem motivo, porque a corrupção pode levar Portugal à desgraça. O meu vizinho conhece a frase “Em Roma, faz como os romanos”, mas sabe que tal corrói a alma.

A corrupção nos países do sul da Europa é difícil de erradicar — dos 549 condenados por corrupção em Portugal nos últimos dez anos só 50 tiveram pena de prisão efetiva — mas isso não me impede de ficar deprimida, quando olho a posição de Portugal nos rankings internacionais. Em 2010, no índice organizado pela Transparência Internacional — segundo o qual 0 significa altamente corrupto e 10 altamente limpo —, Portugal obteve a classificação de 6 (ocupa o 32º lugar, ao lado do Botswana), enquanto a Dinamarca atingia os 9,3 (o que a torna o país menos corrupto do mundo). Não precisava de olhar estas estatísticas. Bastara-me falar com o meu vizinho para notar a diferença que existe entre as culturas a que pertencemos. Ele inveja o clima que temos, eu o sentido ético dos seus compatriotas.

Maria Filomena Mónica escreve de acordo com a antiga ortografia

3º DTO.

O andar continuava mobilado, mas já há algum tempo que ninguém morava ali. Lá alguém buscar o correio e era só. O piso estava muito degradado.

2º DTO

Sr. José

Um velho morador do prédio, reformado, já com alguma idade, vivia sozinho no seu T5. Mudou-se para casa de familiares.

1º DTO.

Estava devoluto

R/C DTO.

Família Carreira

Maria José nasceu ali, faz amanhã 52 anos. Mas não quer voltar. Já chega de medo e de espera pelas obras que nunca se fizeram. O temor agora é outro. Ela, cabeleireira, é a única com trabalho. O marido Amadeu e o filho Marco estão no desemprego. Foi a última família a sair da Pensão Beirã onde foram realojados. Alugaram casa em Belém: menor que o T5, mais cara que os €100 de renda.

LOJA A

Saia & Casaco

A loja de roupa de senhora está a funcionar normalmente. O calor e a crise ditam a continuação dos saldos. Nada de novo por ali.

FOTO NUNO BOTELHO

numa zona considerada histórica. Este entendimento do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e da Câmara Municipal de Lisboa (CML) deixa sem financiamento público para recuperação muitos dos cerca de sete mil prédios degradados da capital, a maioria com frações desocupadas devido à falta de condições de habitabilidade.

É o caso de um prédio centenário no Saldanha, em Lisboa. O mau estado da cobertura impede que os dois últimos andares sejam habitados. Exatamente por isso o condomínio apresen-

tou uma candidatura para receber apoio à substituição do telhado. “Precisamos de mudar a cobertura para que essas frações possam ser habitadas, mas a câmara nega-nos apoio financeiro exatamente porque estão desocupadas. É uma pescadinha de rabo na boca”, explica a representante do condomínio.

Confrontado com o caso, numa sessão pública de esclarecimento sobre a estratégia de reabilitação urbana, o próprio vereador do Urbanismo da CML, Manuel Salgado, considerou “absurda” a razão invocada pelos téc-

nicos da autarquia para indeferir o processo — “espero que estas situações sejam corrigidas”.

Ao Expresso, o IHRU mantém a leitura que faz do diploma que regula o apoio à recuperação de edifícios antigos. “O problema é que o decreto-lei não diz que os andares têm de estar habitados, mas apenas que têm de ser destinados a habitação”, contrapõe a representante do prédio do Saldanha.

Se o prédio estivesse numa zona histórica não teria problemas de apoio. O impedimento do IHRU não se aplica aqui.